

IV Encontro Nacional da Anppas  
4,5 e 6 de junho de 2008  
Brasília - DF – Brasil

---

## **Os Impactos causados pelo Turismo na Vila de Conceição de Ibitipoca - MG**

Aline Lima Santos (Universidade Federal Fluminense - UFF)  
Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFF  
linea\_ls@yahoo.com.br

Mauro Santoro Campelo (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)  
Arquiteto e Urbanista, Mestre em arquitetura pelo PROARQ – UFRJ,  
Doutorando em urbanismo no PROURB – UFRJ,  
Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFJF  
mauro.campello@superig.com.br

### **Resumo**

O presente trabalho objetiva o entendimento do processo de transformações decorrentes da implantação da atividade turística na vila de Conceição do Ibitipoca, distrito de Lima Duarte, em Minas Gerais, visando identificar os impactos causados na localidade. Com isso, pretende-se demonstrar a necessidade da adoção de medidas visando o desenvolvimento sustentável da localidade, com a preservação e valorização do seu patrimônio ambiental, cultural e urbano, permitindo a melhoria da qualidade de vida da população.

### **Palavras-chave**

turismo, sustentabilidade, preservação, Conceição de Ibitipoca.

# IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

## Introdução

A vila de Conceição de Ibitipoca, distrito de Lima Duarte, MG preserva, até os dias de hoje, características do início de seu povoamento, do final do século XVIII. Durante séculos sua paisagem permaneceu inalterada.



Vista da Vila de Conceição de Ibitipoca.  
Fonte: SANTOS, Aline Lima, 2004.

A partir da década de 1980, observou-se um processo rápido e contínuo de crescimento desordenado e de descaracterização ambiental, urbanística e arquitetônica, com a abertura para visitação do Parque Estadual do Ibitipoca, localizado a três quilômetros da vila. Atuando como suporte do turismo gerado pelo parque, Conceição de Ibitipoca passou a sofrer com a falta de planejamento urbano e infra-estrutura adequada.



Vista do Parque Estadual de Conceição de Ibitipoca  
Fonte: [www.ibitipoca.tur.br](http://www.ibitipoca.tur.br)

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Nos feriados prolongados o distrito, que conta com 971 habitantes (IBGE, 2000), e seu entorno recebem um número elevado de turistas, chegando a ultrapassar 3.000, pelas estimativas locais. Com isso, um aglomerado de novas construções tornou-se parte integrante da paisagem urbana, interferindo na legibilidade de sua imagem, por vezes substituindo edificações centenárias. Novos valores foram incorporados, sem respeitar as tradições da vila.



Vista da Vila de Conceição de Ibitipoca.  
Fonte: SANTOS, Aline Lima, 2004.

A metodologia utilizada para a pesquisa inclui levantamento bibliográfico, com a análise de conceitos como memória, cultura, identidade, pertencimento, patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento sustentável. Também engloba levantamento documental e iconográfico, e levantamento de campo, com observação direta, registros fotográficos e entrevistas com moradores.

### **Abordagens conceituais**

#### **Memória, cultura, identidade e pertencimento**

O conceito de memória está fundamentado em uma relação dialética entre o passado e o futuro, interagindo com os acontecimentos e manifestações do presente. Na antiguidade, o termo aparece em Cícero, através das expressões *omnis memoria* e *nostra memoria*, designando respectivamente, o tempo antigo e o atual (COELHO, 1999). Dessa forma, a memória respeita o tempo atual, baseando-se nas experiências passadas. Segundo Coelho (1999, p. 250) a memória pode ser definida como “o conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano. A memória não é assim uma faculdade passiva, mas um princípio de organização – e de organização do todo, freqüentemente a partir de um fragmento do vivido.”

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Entrelaçando a memória e o espaço, existe o conceito de memória coletiva, que corresponde a uma reunião de lembranças, heranças ou elementos que formam o imaginário comum de uma determinada comunidade. Para Halbwachs (apud JODELET in DEL RIO, 2002, p.32), “a maior parte dos grupos, não somente aqueles que resultam da justaposição permanente de seus membros dentro dos limites de uma cidade, de uma casa ou de um apartamento, além de muitos outros, desenha de algum modo sua forma sobre o solo e reencontra sua lembrança coletiva no quadro espacial assim definido.”

De acordo com Aldo Rossi (1998, p.200), a ligação entre o passado e o futuro reconhecida na memória coletiva corresponde à própria idéia de cidade, da mesma forma que a memória percorre a vida de uma pessoa, conformando a realidade e tendo que se conformar, a fim de alcançar a sua concretização. A cidade se manifesta como símbolo cultural e instrumento material da vida coletiva. Assim, o povo de um determinado lugar, identificado por seus traços sociais, étnicos e culturais, marca o espaço onde está inserido.

O modo de vida, as experiências e transformações implementados pelo homem em seu meio físico e natural, através das contribuições coletivas, correspondem ao que designamos como cultura. A palavra surge do alemão *kultur*, através do francês *cultures*, estando vinculada às práticas de cultivo da terra como trabalho humano e também ao cultivo do espírito. Consagra-se, portanto, como um processo de desenvolvimento de um grupo social, no aprimoramento de seus valores materiais e espirituais. De acordo com Taylor (apud IEPHA, 2002, p.5), a cultura pode ser definida como “o conjunto complexo de que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.”

A concepção defendida por Kant (apud COELHO, 1999) estabelece o conceito de cultura como a última finalidade da espécie humana, sinal de extrema sabedoria, por tornar as pessoas suscetíveis às idéias, capazes de aprimorar suas relações sociais e de promover seu próprio crescimento.

Em um sistema cultural<sup>1</sup>, as condutas sociais e os acontecimentos são descritos com clareza e intensidade, e não como fatos arbitrários ou casuais. Inserida em um pensamento coletivo, a cultura é de domínio público, tornando possível a previsão e antecipação de alguns comportamentos futuros, através de análise interpretativa (RIBEIRO, 2003).

Trata-se da representação de uma congregação de significados e valores única e insubstituível, que contribui para o fortalecimento da independência e soberania das nações, afirmando a maneira

---

<sup>1</sup>Sistema que agrega todas as pluralidades culturais de uma sociedade.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

própria de cada grupo interagir com o meio (CURY, 2000). Nesse contexto, a cultura nacional é entendida como a conjunção de esforços implementados por um povo, na esfera do pensamento, buscando o reconhecimento do seu sentido de criação e existência no mundo (FANON apud HALL, 1996).

Na atualidade, na medida em que se desenvolve a globalização, colocando diferentes culturas em estreito contato, é importante observar como uma cultura é imposta ou como recebe os valores externos, resistindo ou se apropriando deles. Assim, podemos também entender a cultura como transmissão de valores através da consolidação da tradição no tempo, agregando as mudanças sociais.

A cultura e a memória são instrumentos fundamentais na consolidação de um povo em torno de um senso comum de compartilhamento e identificação. O conjunto de fragmentos que constituem o caráter de uma comunidade é denominado de identidade cultural. Esse conceito baseia-se em um princípio de representação, envolvendo práticas e símbolos, das relações entre indivíduos, entre estes e os grupos, seu espaço e seu tempo (COELHO, 1999), refletindo as experiências e os códigos culturais comuns, formadores de quadros de referência e sentido estáveis (HALL, 1996). Segundo Kevin Lynch (1999), a identidade volta-se para a individualidade ou a particularidade, mostrando a distinção de uma área para outra.

A concepção de identidade, durante anos, referiu-se a um sistema fechado, contínuo e permanente, frente à instabilidade do mundo. Esse conceito vem sendo substituído pelo de identificação, entendido como um processo dinâmico marcado por elementos mutáveis, no qual os indivíduos e grupos participam livremente, motivados por diversos fatores (COELHO, 1999).

A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México em 1985, estabeleceu que “a identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana, ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação.” (CURY, 2000, p.272)

Dessa forma, o pensamento contemporâneo apreende a identidade como identificação, mecanismo assinalado por transformações, que devem ser estimuladas de forma consciente na medida em que promovam o desenvolvimento da cultura do lugar e não a simples transposição de valores. Para que essa identidade se fortaleça, é indispensável à manutenção da convivência dialética entre os novos e os antigos preceitos.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

A afirmação da identidade de um grupo social está vinculada ao conceito de pertencimento, que aponta para um sentimento de integração do homem em relação a um lugar e uma cultura, estando condicionado aos valores estabelecidos e reconhecidos pela comunidade.

O pertencimento pressupõe a participação da coletividade, constituindo um dispositivo ativo na construção da memória e na garantia de enriquecimento permanente da identidade cultural. A participação possibilita a apropriação da realidade como material que possibilita recriar o conhecimento, gerando sugestões, propostas e permitindo escolhas (GUTIÉRREZ, 1989).

As noções de cidadão e de territorialidade interagem com o pertencimento, pois o indivíduo goza dos direitos civis e políticos do lugar a que pertence. O termo cidadão é pertinente tanto à pessoa natural da localidade quanto aquela vinda de outro local. Movida por um impulso maternal de ordem social e política, a cidade acolhe os indivíduos e os faz seus, estabelecendo laços de afinidade (DURAN apud ARAÚJO, 2004). Assim, o sentido de pertencimento fortalece o sentido de territorialidade do homem, garantindo a sua estabilidade psíquica e social e despertando o compromisso e o cuidado com o ambiente do qual é parte integrante.

### **Patrimônio Cultural**

O termo patrimônio surgiu atrelado à idéia de proteção do conjunto de monumentos históricos, marcados pela excepcionalidade, ou seja, bens possuidores de vínculos com fatos memoráveis, de singular valor arqueológico, bibliográfico ou artístico. Baseado nesta idéia foi consolidada a denominação patrimônio histórico e artístico. A transformação do termo patrimônio histórico e artístico em patrimônio cultural significou o reconhecimento não somente dos bens citados anteriormente, mas também, dos bens portadores de valores importantes para a formação e desenvolvimento de uma comunidade, fortalecendo os laços que permitem a sua união e sobrevivência (ARAÚJO, 2003).

Assim, consideram-se bens culturais as manifestações e testemunhos do processo cultural dos povos. O conjunto dos bens culturais herdados por um passado, compreendendo o meio ambiente, os artefatos produzidos, as formas de expressão, as maneiras de criar, saber e fazer, estruturados no contexto cultural e portadores de referência à identidade, à ação e à memória social para a coletividade é denominado de patrimônio cultural.

Durante o século XX, observou-se o deslocamento do conceito de patrimônio para o ambiente. Segundo Choay (2001), o termo patrimônio urbano foi utilizado pela primeira vez por Gustavo

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Giovannoni, no início do século XX, agregando simultaneamente um valor de uso e um valor museológico aos conjuntos urbanos antigos, conjugando-os numa concepção organizacional de espaço. Trata do valor social dos conjuntos urbanos, focando o indivíduo e o meio, buscando a preservação para a história, para a arte e para o presente.

Giovannoni considera, de acordo com Choay, que uma cidade histórica é um monumento e, ao mesmo tempo, um tecido vivo. Sua teoria é condensada em três princípios, sendo que o primeiro indica a necessidade de se englobar todo fragmento urbano ou cidade antiga em um plano diretor local, regional e territorial, fomentando as relações com o presente e o futuro. Além disso, o conceito de monumento deve reconhecer o seu ambiente, materializado em redes espaciais. O terceiro princípio estabelece que os conjuntos antigos precisam de preservação e de restauração, de maneira análoga aos monumentos individuais, respeitando a sua escala e morfologia.

Choay esclarece que, ao incluir os trabalhos de recomposição, reintegração e desobstrução, Giovannoni permite a intervenção, limitada pelo respeito ao ambiente, ao espírito do lugar. Legitima as reconstituições, desde que não enganosas, e determinados tipos de demolição. A autora afirma que a teoria de Giovannoni antecipa as diversas políticas para as áreas históricas, surgidas a partir da década de 1960.

A preservação permite a continuidade física das manifestações de uma cultura, promovendo a integridade do bem ou da área que se pretende resguardar. Dessa forma, no decorrer dos anos, a preservação tem implicado em uma trajetória de atuação, de prática de intervenções e de um conjunto de decisões, fundamentada por conceitos em constantes mudanças.

Em 1933, a Assembléia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) define, na Carta de Atenas, que os valores arquitetônicos manifestados nos edifícios isolados ou nos conjuntos urbanos devem ser salvaguardados como testemunhos do passado, por seu valor histórico, afetivo ou artístico (CURY, 2000).

A partir dos anos 60, o conceito de patrimônio começa a ressaltar a importância da ambiência, relacionada com a imagem da cidade. A Carta de Veneza (1964), resultado do II Congresso Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, expressa a consagração da prática de intervenção em áreas urbanas, considerando também as construções modestas. Segundo este documento “a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se, não só às grandes criações,

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CURY, 2000, p.92).

Com a Carta de Restauo do Governo da Itália (1972), a cidade passa a ser entendida como expressão cultural, independente de valores estéticos, e como documento da história urbana, passível de transformações. A preservação, dessa forma, deve estar acompanhada do adequado ordenamento físico-territorial urbano “para que o conjunto urbanístico em questão possa ser adequadamente salvaguardado, tanto em relação a sua continuidade no tempo como ao desenvolvimento de uma vida de cidadania e modernidade em seu interior, é necessário principalmente que os centros históricos sejam reorganizados em seu mais amplo contexto urbano e territorial e em suas relações e conexões com futuros desenvolvimentos” (CURY, 2000, p.166).

Em 1987, a Carta de Washington (CURY, 2000) recomenda a salvaguarda dos sítios históricos, baseada no entendimento de que os valores a preservar são o caráter histórico e o conjunto de elementos materiais e espirituais estruturadores da sua imagem, reconhecidos como: a forma urbana estabelecida pelo traçado e pelo parcelamento; a forma e a aparência dos edifícios, definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações entre os espaços urbanos, construídos, abertos e verdes, e da cidade com seu entorno natural ou construído; as diversas vocações da cidade, obtidas ao longo da sua história.

Em seu texto, a Carta de Petrópolis (1987), documento do 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos, entende que “o sítio histórico urbano – SHU – é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação” (CURY, 2000, p.285).

Assim, o conceito de área histórica demonstra a capacidade do ser humano de apropriação da paisagem, adaptando-a permanentemente de acordo com seus valores e necessidades.

### **Turismo, desenvolvimento sustentável e turismo sustentável**

Segundo o dicionário *Larousse do Século XIX*, o turismo trata-se de uma prática organizada e o turista viaja por curiosidade e ociosidade. No início do século XIX, o termo turista surge como sinônimo de viajante, que marca o ideário romântico deste século, consagrando a viagem como o



## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

deslocamento espacial na busca pelo desconhecido e pelo exótico, revelando diferentes paisagens e produzindo novas percepções (FERRARA in YÁZIGI, 1999).

O início do turismo enquanto modalidade institucional e organizada assinala o campo, em oposição à cidade, como local favorável à permanência para o lazer e o descanso, durante o verão e uma parte do outono (FERRARA in YÁZIGI, 1999). A partir do século XX, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, evolui como prática comercial, ancorada no crescimento da produtividade empresarial e do poder de compra das pessoas (SANTOS, 2002).

Segundo definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo engloba “as atividades das pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permanecem por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos” (apud ARAÚJO in MARTINS, 2004, p.1).

Manifestado na atividade dos deslocamentos, sinalizando as alterações entre tempos e espaços, o turismo é um fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor, respondendo às necessidades de ambos. Portanto, constitui uma série de relações e impactos de caráter econômico, social, político e ambiental.

O turismo provoca o aumento da demanda por acessos, água, energia e alimentos e uma maior concentração de resíduos de esgoto e lixo. O seu contínuo desenvolvimento no período pós-guerra permitiu o surgimento do turismo de massa, cujo fluxo tende a ultrapassar os limites da capacidade de recepção de um local em um determinado tempo. Pode acarretar a degradação do meio ambiente e a descaracterização de culturas, ao considerar em primeiro plano os valores econômicos.

A preocupação com a preservação do meio ambiente aparece desde o início do século XX. A procura de soluções e políticas voltadas para a questão induz à criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, a Comissão conclui seus trabalhos com a elaboração do documento “Nosso Futuro Comum”, que define desenvolvimento sustentável como aquele “que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (ARAÚJO in MARTINS, 2004, p.2).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992, no Rio de Janeiro, o conceito foi amplamente disseminado com a elaboração da Agenda 21, um programa de ações que incorpora medidas relativas à manutenção do meio-ambiente e ao desenvolvimento global. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como “um

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

processo de mudança na qual a explicitação de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico, e as mudanças institucionais estão em harmonia e propiciam o aumento do potencial, tanto o atual como o futuro, de atendimento das necessidades e aspirações humanas” (BENI, 1998, p.79).

Em 1995, a Agenda 21 é adaptada pela OMT para as Viagens e o Turismo, estabelecendo como o setor pode atuar na busca pela sustentabilidade, através da proteção dos recursos naturais e culturais, a fim de permitir a manutenção da atividade turística (ARAÚJO in MARTINS, 2004).

A adoção de uma política conciliatória entre preservação e desenvolvimento deve buscar a continuidade da atividade turística sem o comprometimento da biodiversidade dos espaços protegidos, respeitando as posturas e recomendações técnicas de impacto ambiental, capacidade de carga<sup>2</sup> e plano de manejo<sup>3</sup>.

Além da questão ecológica, o conceito de sustentabilidade aplicada ao turismo compreende a melhoria das condições econômicas e sociais das comunidades locais e a satisfação dos turistas, devendo estar incorporado às políticas locais de planejamento territorial. Baseia-se, segundo SACHS (apud SILVEIRA in RODRIGUES, 2002, p.90) nos seguintes princípios:

- Sustentabilidade ecológica: proteção da natureza e da diversidade ecológica;
- Sustentabilidade social: processo de desenvolvimento visando um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais eqüitativa de renda, redução das diferenças sociais e garantia dos direitos de cidadania;
- Sustentabilidade cultural: utilização das potencialidades locais, considerando a identidade cultural e o modo de vida da comunidade, com a sua participação nos processos de planejamento e gestão de planos e programas de desenvolvimento;
- Sustentabilidade econômica: garantia do crescimento econômico e o manejo responsável dos recursos naturais;
- Sustentabilidade espacial: distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos.

A OMT (apud ARAÚJO in MARTINS, 2004, p.3) define o turismo sustentável como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que

---

<sup>2</sup> A capacidade de carga considera o equilíbrio dinâmico entre ambiente, quantidade de turistas e qualidade dos serviços instalados (BENI, 1998, p.61).

<sup>3</sup> Projeto que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades ([www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br), 2004).

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem menosprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Dessa forma, o futuro da atividade turística implica na realização plena da cidadania e o seu planejamento deve considerar a melhoria da qualidade de vida nos núcleos existentes, projetando também a expansão do sistema em áreas livres, muitas vezes adjacentes à área urbana existente.

### **Formação e Desenvolvimento da Vila de Conceição de Ibitipoca**

#### **Do início do povoamento até a formação do distrito**

De acordo com Augusto de Lima Júnior (MASSENA apud FUNDAÇÃO, 2000), as primeiras bandeiras que penetraram o território, mais tarde denominado Minas Gerais, vinham do Vale do Paraíba, em direção ao Rio Grande. Subiam o curso do Rio das Mortes, sendo a área localizada na Serra da Mantiqueira logo designada como Borda do Campo, por existirem florestas próximas às margens do rio. Em 1664, o bandeirante Fernão Dias Paes atravessou a Mantiqueira, passando pelo Rio das Mortes e a Borda do Campo, até a cabeceira do Rio das Velhas, com o objetivo de encontrar metais preciosos. Partindo de São Paulo, realizou nova expedição em 1680 e em 1685 seu filho, Garcia Rodrigues Paes, e outros desbravadores renovaram a expedição (FUNDAÇÃO, 2000).

A busca do ouro pelos bandeirantes propiciou o início do povoamento na região de Lima Duarte. Consta como referência mais antiga a bandeira do padre João de Faria Fialho, em 1692, realizada ao sul da rota de Fernão Dias. O roteiro das minas descobertas pelo padre, que foi também um dos pioneiros do descobrimento de Ouro Preto, inclui um “*monte de Ebitipoca*” e aponta indícios da ocorrência de metais preciosos na área atravessada (DELGADO, 1962, p.21).

Com a descoberta do ouro, muitos paulistas se deslocaram para Minas, utilizando as trilhas do padre João de Faria Fialho e de Fernão Dias Paes, que ficou conhecida como Caminho Velho após a abertura do Caminho Novo do Rio de Janeiro, por Garcia Rodrigues Paes (DELGADO, 1962). O Caminho Novo, concluído em 1702, diminuiu substancialmente a distância entre as minas e a serra do Mar (FUNDAÇÃO, 2000).

Em 1711 é criada a Capitania das Minas do Ouro e de São Paulo, independente da capitania do Rio de Janeiro e em 1714 a Capitania é dividida em três comarcas: Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Rica. Vindos de São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal, colonizadores se estabeleceram nas terras próximas à Serra de Ibitipoca. Em 1715, já chegava a dezenas os moradores da região da Serra de Ibitipoca que pagavam impostos ao governo pela posse de extensas glebas. Com o crescimento do povoamento, foi construída uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Conceição (DELGADO, 1962).

Em 1750, o Bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, criou o curato de Conceição de Ibitipoca, desmembrado da freguesia da Borda do Campo e estabelecido como distrito da Comarca do Rio das Mortes. No entanto, o ato episcopal não foi prontamente consolidado por conta da intervenção do vigário da Borda, Feliciano Pita de Castro, que não pretendia perder as rendas vindas de Ibitipoca. Apenas em vinte e três de setembro de 1818 a freguesia foi oficialmente criada, através de Alvará Régio de Dom João VI (DELGADO, 1962).

Com a criação do curato, foi construída uma igreja mais adequada para representar a sede da paróquia, substituindo uma igreja de adobe, que desde o início do século XVIII ocupava o lugar da ermida edificada no início do povoamento (DELGADO, 1962). Implantada na parte alta da vila, em posição de destaque na paisagem, demonstra a importância da instituição nas cidades brasileiras do período colonial (LANNA, 1996).



Igreja Matriz de Conceição de Ibitipoca.  
Fonte: SANTOS, Aline Lima, 2004.

A exploração do ouro nas encostas da Serra acarretou prosperidade e desenvolvimento para o local, que se tornou um centro de colonização da capitania de Minas Gerais<sup>4</sup>. Apesar disso, na segunda metade do século XVIII, a região mantinha-se isolada, circunscrita às terras serranas e suas vizinhanças, estando desconhecido e inexplorado o sertão da Mantiqueira Sul, incluindo áreas

---

<sup>4</sup> Antiga Capitania das Minas do Ouro e de São Paulo

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

banhadas pelos rios do Peixe, Pirapetinga, Paraibuna e Preto – atuais municípios de Lima Duarte, Rio Preto, Bias Fortes, Santos Dumont, Juiz de Fora e Bom Jardim (DELGADO, 1962).

Segundo DELGADO (1962), o isolamento é visto como consequência dos extravios do ouro, na primeira metade do século XVIII, que estariam sendo praticados através de trilhas secretas abertas naqueles sertões até o sul, na fronteira da Capitania do Rio de Janeiro. Tal fato foi delatado pelo coronel Manoel Lopes de Oliveira, fazendeiro da Borda do Campo, que tinha o objetivo de se apossar da maior extensão possível de terras de cultura e mineração. A denúncia motivou a proclamação de 1735, confirmada em 1755 pelo governador de Minas Gerais, José Antônio Freire de Andrade, interditando àquelas áreas à mineração e ao povoamento.

A situação manteve-se até 1780, quando Dom Rodrigo José de Menezes assumiu o governo de Minas Gerais, determinando a fiscalização dos desvios do ouro e a elaboração de um relatório sobre a questão. Em 1781, de posse das informações, Dom Rodrigo saiu de Vila Rica rumo ao distrito da Ibitipoca, e depois à região do Rio do Peixe, onde concedeu sesmarias aos posseiros e fez novas concessões a colonos vindos de diversas partes da Comarca do Rio das Mortes, consolidando o povoamento. Converteu as veredas em estradas públicas, instituindo o pagamento do quinto (DELGADO, 1962, p.22-24), com o intuito de estabelecer o controle régio no espaço urbano em formação.

Por conta do esgotamento das reservas auríferas, exploradas de forma rudimentar e superficial, parte da população se dispersou. Em 1832, através de Decreto da Regência de Dom Pedro II, a sede da paróquia foi transferida para o distrito de Ibitipoca – atual município de Santa Rita de Ibitipoca - freguesia da Borda do Campo, na Comarca do Rio das Velhas. O decreto não vigorou, pois Conceição do Ibitipoca continuou tendo o seu vigário.

Ao longo de sua história, a região recebeu cientistas e viajantes, atraídos pelas particularidades de sua paisagem, deixando relatadas suas impressões. Ao percorrer a região, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1822, p.32) aponta as condições em que se encontrava Conceição de Ibitipoca: “Atravessamos primeiro a vila de Ibitipoca, que conhecia mal e julgava ainda mais insignificante do que realmente é. Fica, como já expliquei, situada numa colina e se compõe de pequena igreja e meia dúzia de casas que a rodeiam, cuja maioria está abandonada, além de algumas outras, igualmente miseráveis, construídas na encosta de outra colina.”

No século XIX, com o contínuo crescimento do povoado do Rio do Peixe, a localidade de Conceição de Ibitipoca foi perdendo expressão, ficando relativamente esquecida, também por conta de sua

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

localização em área de difícil acesso. Em 1881, o povoado do Rio do Peixe é elevado à vila, sendo o município constituído, além da vila, da freguesia de Conceição de Ibitipoca, ambas desmembradas do município de Barbacena. A instalação do município apenas ocorreu em 1884, após a promulgação da lei que elevava a vila à categoria de cidade com o nome de Lima Duarte (DELGADO, 1962), situação que se mantém até hoje, tendo Conceição de Ibitipoca como distrito.

### **O surgimento da atividade turística**

A partir do século XIX, com o esgotamento das minas de ouro, a população passou a dedicar-se à pecuária, com pequenos rebanhos, e à agricultura, com lavouras de café e cana-de-açúcar (DELGADO, 1962). Essa atividade se manteve até os fins do século XIX, sendo substituída pelo cultivo de feijão e milho. O arraial viveu durante anos apoiado na agricultura de subsistência, mantendo contatos externos apenas com algumas tropas de cargueiros que transportavam mercadorias na região, passando por duzentos anos de esquecimento (CARVALHO, 2004). Conforme já mencionado, a Serra de Ibitipoca sempre contou ao longo desses anos, mesmo de forma esporádica e não-organizada, com a presença de viajantes e pesquisadores.

Em 1932, a Igreja construiu uma capela no alto do Pico do Pião<sup>5</sup>, com a imagem do Bom Senhor Jesus da Serra, com o intuito de se apossar de terras consideradas até então devolutas. Mesmo antes da construção, eram realizadas celebrações e festas no local, com a presença de pessoas vindas de Conceição de Ibitipoca, Santa Rita de Ibitipoca e Bias Fortes. Porém, no ano seguinte, o Estado conseguiu a reintegração do direito à terra, e a capela acabou abandonada, depois de destruída por fortes tempestades com raios, restando apenas as ruínas do altar.

Na segunda metade do século XX, moradores de municípios próximos começaram a visitar a Serra de Ibitipoca, em busca de atividades de lazer, nos feriados e finais de semana. Em 1973, foi criado o Parque Estadual de Conceição de Ibitipoca. Durante a década de oitenta, o Parque foi preparado para receber o público com infra-estrutura adequada, passando a ser amplamente divulgado. Nos anos noventa, observou-se um aumento considerável no número de visitantes, atraídos pelos atrativos do parque, que em 1995, chegou a acolher três mil e trezentos turistas por mês (TRIBUNA, 1996).

---

<sup>5</sup> Localizado na Serra de Ibitipoca, a 1762 metros de altitude.

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

O turismo se estabeleceu como gerador de diversas atividades econômicas em Conceição de Ibitipoca, agregando a maioria da população na prestação de serviços relacionada direta ou indiretamente a esse setor e criando uma forte relação de dependência.

Pequenos agricultores começaram a vender suas propriedades à pessoas que vinham para Ibitipoca, em sua maioria, com o intuito de estabelecer algum tipo de comércio. Este fato tem ocasionado em uma diminuição da população residente na área rural. O ex-agricultor, sem perspectivas de trabalho em sua área, acaba procurando algum meio de sobrevivência no setor turístico. Muitas vezes, constrói, de forma precária, pequenos alojamentos e estabelecimentos clandestinos para atender os visitantes.

A maioria dos estabelecimentos comerciais, implantados visando o turismo, funciona apenas nos finais de semana e feriados. Observa-se, assim, um esvaziamento na vila durante os dias de semana, refletindo a relação de dependência econômica que a localidade estabeleceu com a atividade. Atuando como suporte do turismo gerado pelo parque, o distrito tem sofrido com a falta de uma infraestrutura e de um planejamento urbano adequado. O processo de demolições e construções que se observou em Ibitipoca ocorreu de forma intensa. Em um período curto de tempo, a paisagem física e as relações sociais e de trabalho sofreram bruscas modificações, adaptando-se à nova realidade.

Com a inserção da atividade turística na vila, alguns traços da cultura local vem desaparecendo, na medida em que são absorvidos por novos valores, ao invés de agregados. Dessa forma, ocorre a perda da identidade cultural, que contribui para o processo de descaracterização. Segundo um de seus moradores, “a vila passa por um processo de aculturação, gerado pelo turismo de massa, implantado de forma muito rápida. As pessoas estão perdendo os valores tradicionais. Têm baixa auto-estima, não estão organizados, sentem-se desmotivados e incapazes de aprender coisas novas” (CASTRO, 2004).

As transformações ocasionadas pelo turismo conduziram à comunidade a se organizar para defender seus interesses. Em maio de 1993, foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Distrito de Conceição de Ibitipoca (AMAI), uma organização não-governamental, que atua junto à administração pública, promovendo a integração social com atividades culturais e educativas e zelando pela qualidade de vida da população.

O fluxo intenso de visitantes no Parque Estadual de Ibitipoca começou a afetar seus recursos naturais, gerando impactos negativos no ecossistema e afetando a capacidade de sustentação local. O ato de treze de novembro de 2000, emitido pelo Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento

## IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil

---

Sustentável do Estado de Minas Gerais, restringiu o número de visitantes no parque a oitocentos nos fins de semana e trezentos em dias de semana. Em março de 2003, uma portaria aumentou os preços dos ingressos do parque de cinco para quinze reais em feriados nacionais e de cinco para dez reais em fins de semana. Estão sendo realizados estudos para delimitação de zonas de manejo interno, procurando minimizar os efeitos do fluxo de pessoas em áreas mais ameaçadas.

É possível diagnosticar uma diminuição na demanda turística, que segundo alguns moradores, é ocasionada pelas medidas balizadoras adotadas pelo parque. A partir de solicitação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas, foi desenvolvido durante o ano de 2000 o Plano Diretor de Organização Territorial e Desenvolvimento do Turismo em Conceição de Ibitipoca, que, no entanto, não é seguido.

### **Considerações Finais**

O espaço urbano, como produto material da experiência humana, está sujeito a diversas transformações, que variam de acordo com os valores e necessidades de uma sociedade. Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas na vila de Conceição de Ibitipoca, a população vem perdendo seus vínculos com a cultura local, ao mesmo tempo em que não se identifica com os valores externos, diminuindo o sentido de pertencimento com o lugar. Assim, a localidade se enfraquece como símbolo cultural e instrumento material da vida coletiva (ROSSI, 1998).

O reconhecimento do potencial turístico da vila de Conceição de Ibitipoca confirma a necessidade do planejamento urbano e da implementação de práticas de preservação, que visualizem novas possibilidades e permitam a sustentabilidade da atividade turística, para não esgotar os recursos disponíveis.

É necessária a compreensão do dinamismo e da complexidade da vida urbana, expressa em valores simbólicos e culturais, para que o desenvolvimento local seja compatível com o modo de vida da comunidade, sendo capaz de se adaptar às diversidades e preservar a sua identidade. No processo de preservação, é extremamente importante o envolvimento da população, auxiliando no entendimento do espaço, para permitir o equilíbrio entre seus valores culturais e as alterações ocorridas durante o tempo. Essa participação permite a conscientização da sociedade, despertando seu sentido de cidadania.



# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Márcia Maria Pereira. As relações entre a comunidade local e a área histórica de Tiradentes – MG: uma contribuição para a preservação do patrimônio cultural em áreas urbanas. Dissertação de mestrado apresentada no PROARQ/ UFRJ em março de 2004.

ARAÚJO, Márcia Maria Pereira. Notas de aulas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFJF, Juiz de Fora, 2003.

ARAÚJO, Márcia Maria Pereira. O conceito de sustentabilidade aplicado ao ecoturismo e ao turismo cultural. In: MARTINS, Ângela M. M. (org.). Anais do II Seminário visões contemporâneas de sítios e centros históricos. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU/ PROARQ/ LABELT2004.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 1999. 384 p.

CURY, Isabelle (org.) Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELGADO, Alexandre Miranda. Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município. Juiz de Fora: Edição do autor, 1962.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Ed. PINI, 1990.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana F. A. e CRUZ, Rita C. A. Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

FUNARI, Pedro P, PINSKY Taime (org.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. Plano diretor de organização territorial e desenvolvimento do turismo em Conceição de Itipococa. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

GUTIÉRREZ, Ramón. Arquitetura latino-americana : textos para reflexão polêmica. São Paulo: Nobel, 1989.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: Revista do Patrimônio, nº 24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. In: DEL RIO, Vicente, DUARTE, Cristiane Rose, RHEINGANTZ, Paulo Afonso (org.). Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002. p. 31-43.

KANT, Immanuel. Textos Seletos. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos. In: MACHADO, Denise B. P. (org). Anais do IV Seminário de história da cidade e do urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. p. 497-504.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

# IV Encontro Nacional da Anppas

## 4,5 e 6 de junho de 2008

### Brasília - DF – Brasil

---

RIBEIRO, Cláudia R. Vial. A dimensão simbólica da arquitetura: parâmetros intangíveis do espaço concreto. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/ Arte, 2003.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Aline Lima. Revitalização da Vila de Conceição de Ibitipoca. Juiz de Fora, 2004. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em arquitetura e urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

SANTOS, Antônio Marcos Lima. Análise do potencial turístico da fazenda Barão no município de Santa Bárbara do Monte Verde. Santos Dumont, 2002. Monografia (Conclusão do curso de turismo) – Faculdade de Santos Dumont, Fundação Educacional São José.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr Balestreri (org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

TRIBUNA de Minas. Parques de Minas. Suplemento de aniversário. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, v.1, 1996.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

[www.ibitipoca.tur.br](http://www.ibitipoca.tur.br)